

Sumário

Número de notícias: 13 | Número de veículos: 13

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS começa a pagar pensões e aposentadorias de julho 2

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

Justiça suspende pagamentos de precatórios em todo o país 3

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Erro no nome ou no CPF pode dar até indenização no INSS (Previdência) 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Para entregar contas no azul, governo quer mais dividendos de estatais 7

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Orçamento de 2023 terá cortes na saúde e educação 8

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

Corte será rigoroso e atingirá mais saúde e educação 10

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS
ECONOMIA

Bolsa de R\$ 600 em 2023 pode custar até R\$ 60 bilhões 11

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - GERAL
ECONOMIA

Inflação e desemprego castigam e impedem crescimento 12

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE - MG - DOIS PONTOS
ECONOMIA

Falta de educação financeira aumenta a desigualdade (Artigo) 13

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Portabilidade pode ser a saída para reduzir dívida 14

O LIBERAL - BELÉM - PA - ATUALIDADES
ECONOMIA

IPC-S deve fechar julho com deflação, aponta FGV 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Dólar recua 2,3% e fecha a R\$ 5,37 com investidores atentos à alta dos juros nos EUA
..... 16

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pronampe já pode ser contratado 18

INSS começa a pagar pensões e aposentadorias de julho

DA REDAÇÃO

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) começou a pagar ontem a aposentadoria ou pensão relativa ao mês de julho para os beneficiários que recebem o correspondente a um salário mínimo (R\$ 1.212) e cujo número do cartão de beneficiário termina com o número 1 - desconsiderado o dígito verificador, ou seja, o último número após o traço.

Conforme a tabela de pagamentos anteriormente divulgada pelo instituto, os benefícios de um salário mínimo serão pagos nas próximas duas semanas, até 5 de agosto, conforme o número do cartão do beneficiário. Já os benefícios de quem recebe acima do piso nacional serão liberados entre os dias 1º e 5 de agosto, segundo a ordem prevista na tabela.

Mais de 36,4 milhões de segurados têm direito a algum benefício pago pelo **INSS**. Além das aposentadorias e pensões, também os valores pagos a título de auxílio-doença ou auxílio-reclusão não podem ser inferiores ao do salário mínimo.

Para saber o dia correto do pagamento consultando a tabela do instituto, o segurado precisa checar o número do seu benefício, composto por um conjunto de dez dígitos (por exemplo, 111.111.112-1). O seu número é o penúltimo, ou, no caso do exemplo, o 2.

Canais de atendimento

De posse desta informação, é preciso consultar a tabela, atentando se o valor do benefício é de um salário mínimo ou superior.

Uma maneira simples de fazer a consulta dos benefícios do **INSS** é através da central de atendimento por telefone, no número 135. Ao ligar, informe o número do CPF e confirme algumas informações cadastrais, de forma a evitar fraudes. O atendimento está disponível de segunda a sábado, das 7h às 22h.

O segurado também pode acessar o site Meu **INSS**, que reúne diversos serviços digitais do **INSS**. Após fazer o login, na tela inicial, clique no serviço de "Extrato de Pagamento" e você terá acesso ao seu extrato e todos os detalhes sobre o pagamento do benefício;

A consulta do benefício também pode ser feita pelo aplicativo Meu **INSS**, disponível para Android e iOS. Assim como no acesso pelo site, de início, é necessário fazer o login, e então, todos os serviços disponíveis e histórico das informações do beneficiário serão listados.

Site: https://issuu.com/diariodovale/docs/9926_-_diario_-_ter_a-feira_-_26.07.2022

Justiça suspende pagamentos de precatórios em todo o país

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que esperavam receber precatórios do governo federal - que quitaria dívidas da União com esses segurados-vão ficar a ver navios. Na quinta-feira passada, o Conselho da Justiça Federal (CJF) suspendeu todos os pagamentos que saíam no início de agosto após o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil questionar a metodologia de pagamento, que separou os valores devidos aos advogados das verbas que serão pagas aos aposentados.

Os precatórios, neste caso, tratam, em sua maioria, de concessão ou revisão de benefícios como aposentadorias, auxílios e pensões no **INSS**. No início de julho, quando os tribunais federais começaram a liberar a con- FABIANOROCHA/31.012022 Os beneficiários do **INSS** terão esperar mais pelos precatórios sulta aos precatórios, advogados descobriram que seus honorários não estavam previstos para 2022. Os advogados questionam como será feito o pagamento dos honorários após o corte na verba dos precatórios. O assunto será discutido no próximo dia 2 de agosto no CJF.

- A emenda constitucional absurda (PEC dos Precatórios) limitou o montante dos precatórios pagos em cada ano e gerou um impasse em relação aos honorários de advogado, que a Justiça Federal queria excluir dos pagamentos. Por isso os pagamentos foram suspensos. Haverá um atraso no pagamento, mas acredito que ele ocorrerá ainda neste ano - avalia o advogado Sérgio Batalha.

Os precatórios são dívidas judiciais do governo acima de 60 salários mínimos. A Emenda Constitucional 114, originada da PEC dos Precatórios, limitou o pagamento dessas dívidas e liberou dinheiro para o governo.

Já as Requisições de Pequeno Valor (RPVs) são dívidas inferiores a R\$ 60 salários mínimos e estão sendo pagas normalmente. Para o governo federal quitar todos os precatórios de 2022, o Judiciário havia solicitado R\$ 42,8 bilhões, mas recebeu R\$ 32,4 bilhões - 75% do previsto. A Justiça Federal especificamente, que paga os precatórios de segurados que venceram processos contra o **INSS**, recebeu R\$ 25,4 bilhões. Os R\$ 7 bilhões restantes são para outras áreas do Judiciário, i

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Erro no nome ou no CPF pode dar até indenização no INSS (Previdência)

Natalie Vanz Bettoni

Erros cadastrais podem bloquear pagamentos de aposentadorias do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e até dar direito a indenização na Justiça, dependendo da gravidade.

As falhas nos registros são frequentes: em 2022, o TCU (Tribunal de Contas da União) encontrou 80 milhões de erros no cadastro das aposentadorias do **INSS**, que podem diminuir o valor ou impedir a concessão do benefício.

Informações duplicadas também podem causar prejuízo, como no caso de Maria Pereira Castro, de 81 anos, que recebeu carta do **INSS** em 2020 alegando a existência de duas aposentadorias em seu nome e CPF.

Denis Silva, seu representante em solicitações ao **INSS**, explica que ela tem uma irmã de mesmo nome que mora em outro estado e recebe sua aposentadoria indevidamente, utilizando o CPF de Maria.

Em setembro de 2020, após contato do **INSS**, Maria fez boletim de ocorrência e diz que se surpreendeu ao ter seu benefício cortado, enquanto o da irmã, que utiliza seus dados, foi mantido.

"Já abri diversos chamados, estou com toda a documentação dela aqui, registro em carteira, agência em que ela se aposentou, a prova de que o CPF que está sendo usado é da Maria daqui e não de lá. Fui lá duas vezes e é erro do **INSS** que eles não sabem resolver", diz Silva.

Contatado pela Folha, o **INSS** informou que Maria tem um pedido de reativação de benefício em andamento e, para dar continuidade à análise, solicitou que ela apresente documentação complementar. Segundo o órgão, os documentos necessários e as informações sobre seu pedido podem ser consultados no site gov.br/meuinss, no aplicativo Meu **INSS** ou pelo telefone 135.

"O **INSS** a cada hora pede uma coisa, agora pediu a certidão de nascimento atualizada dela. Abri um registro para tirar e estou esperando para ver o que vai acontecer", diz Silva.

Há casos em que é preciso ir à Justiça e esperar anos por um desfecho. No último dia 6 de julho, o TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região) determinou que o **INSS** e a União devem indenização a uma pessoa que teve o CPF indevidamente vinculado a um benefício previdenciário. A União e o **INSS** recorreram.

O autor foi à Justiça porque, na época, não conseguiu fazer a declaração do Imposto de Renda como isento, pois o banco de dados da **Receita Federal** vinculou seu CPF a uma segurada do **INSS** que ganhava quase o triplo de sua renda.

Procurados, a **Receita Federal** e o **INSS** informaram que não se manifestam sobre decisões judiciais. A AGU (Advocacia-Geral da União) disse que foi intimada da decisão e avalia eventuais estratégias processuais.

O desembargador federal Sousa Prudente, relator do caso, considerou claro o erro do **INSS** e disse que, apesar de não ter havido efetiva lesão patrimonial, a falha causou sérios constrangimentos.

A Justiça também avaliou que o cidadão tentou resolver o problema administrativamente, mas não obteve resposta do **INSS**.

"As dificuldades enfrentadas pelo autor para resolver o problema, após a descoberta da falha, superam o mero dissabor cotidiano e têm aptidão para ofender o seu direito de personalidade, estando demonstrada a ofensa à intimidade e aos valores de consideração pessoal e social do autor, o que impõe a reparação do seu patrimônio moral", disse o relator.

O recurso do **INSS** e da União foi negado por unanimidade, e a Justiça manteve a condenação ao pagamento de indenização por danos morais. O **INSS** deve pagar R\$ 4.000, e a União, R\$ 1.000.

Roberto de Carvalho Santos, diretor do Ieprev (Instituto de Estudos Previdenciários), diz que, se houver falhas no pagamento do benefício por duplicidade, o primeiro passo é entrar em contato com o **INSS**, comprovando que a pessoa é realmente a titular do benefício.

O **INSS** não pode suspender o benefício sem antes dar direito de defesa ao segurado. Há possibilidade de

resolver a situação na via administrativa com a apresentação da documentação para retificar o cadastro.

Theodoro Agostinho, doutor em direito previdenciário, diz considerar entre dois e três meses um prazo razoável para aguardar a resolução do **INSS**. "Aguardando 90 dias e podendo chegar a 120 dias, se não resolveu, deve ser feita reclamação na ouvidoria."

Depois, é possível buscar a Justiça. Para mandados de segurança é obrigatório ter um advogado. Segundo Santos, com ele a Justiça poderá estabelecer um prazo para o **INSS** analisar o pedido do cidadão.

"Depois de resolver a situação principal, é possível entrar com outra ação por meio de um advogado, uma ação autônoma de dano moral previdenciário provando que o **INSS** não foi eficaz, que não atuou ou não agiu da forma esperada de uma autarquia federal, com zelo, transparência, celeridade e principalmente, com eficiência", afirma Agostinho.

É preciso reunir documentos para provar a data de solicitação, tempo em que aguardou a resolução e eventuais provas de danos.

Santos diz que há várias situações que podem caracterizar danos morais, como corte do benefício sem garantir direito de defesa e demora na resposta.

"Existe o chamado dano moral presumido, ou seja, o fato de você ter passado por esses dissabores e ter deixado de receber uma verba de natureza elementar é considerado um dano moral presumido", explica.

Provas de abalo de crédito, como ter o nome incluído no SPC ou na Serasa, impossibilidade de renovar o aluguel, cartão de crédito negado são fatores que aumentam o dano moral, mas já existe o dano moral presumido pelos prejuízos.

Agostinho recomenda reunir todas as provas: "Quando deu entrada, quanto tempo demorou, eventualmente contas que ficaram em atraso, atestados e mais, para provar que trouxe prejuízo moral também para aquela pessoa", indica.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/07/erro-no-nome-ou-no-cpf-pode-dar-ate-indenizacao-no-inss.shtml>

Para entregar contas no azul, governo quer mais dividendos de estatais

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

Para entregar as contas no azul neste último ano do atual governo, o Ministério da Economia pediu a Petrobras, Caixa, BNDES e Banco do Brasil que antecipem o pagamento de dividendos à União. A informação, revelada pelo Estadão em 28 de junho, poderá, na prática, retirar mais recursos do caixa do presidente que assumir a partir de 2023.

Ainda na transição de governo, em 2018, o ministro Paulo Guedes falava em zerar o déficit das contas públicas no primeiro ano do mandato do presidente Jair Bolsonaro - o que não aconteceu. Agora, o governo estima que poderá ter um superávit ao final do ano, mesmo com o aumento de R\$ 41,2 bilhões de gastos com a aprovação da PEC Kamikaze, que ampliou e criou novos benefícios sociais até 31 de dezembro.

A confirmação foi feita ontem pelo secretário especial de Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago. Segundo ele, o governo pediu para que as quatro maiores estatais do País antecipassem o repasse de dividendos, sem colocar em risco a política de investimento e, no caso de bancos, os requerimentos exigidos pelo acordo de Basileia de capital mínimo das instituições financeiras. A determinação do ministério é para que as estatais passem a transferir os dividendos trimestralmente à União.

Questionado se poderá haver uma antecipação do lucro que teria de ser pago em 2023, ele respondeu que "isso não está decidido".

Segundo apurou o Estadão, a pressão maior é sobre o BNDES - que é 100% da União.

O governo calcula receber R\$ 54,8 bilhões em dividendos em 2022, valor que pode aumentar se as empresas estatais atenderem o pedido da Economia. Colnago informou que BNDES já pagou neste ano R\$ 18,6 bilhões da reserva que o banco tinha referente ao lucro de 2020 e 2021. O valor foi até maior do que os R\$ 17 bilhões previstos anteriormente.

Ele disse ainda que o Banco do Brasil respondeu que não pode dar uma ajuda a mais em 2022 antecipando os dividendos. Já a Petrobras estuda atender o pedido do governo (mais informações nesta página).

DESONERAÇÃO.

Colnago explicou que essa estratégia de antecipação dos dividendos tenta compensar as despesas extras que o governo terá este ano com a PEC Kamikaze (R\$ 41,2 bilhões) e ainda com a desoneração tributária para reduzir os preços dos combustíveis (R\$ 16,51 bilhões). Uma conta de quase R\$ 58 bilhões.

No governo Dilma Rousseff, o governo também promoveu uma política de antecipação de dividendos para reforçar o caixa do governo e melhorar o resultado fiscal.

O Ministério da Economia estima que R\$ 71,1 bilhões deixarão de ingressar nos cofres do Tesouro este ano com isenções e reduções de **tributos**, mas mesmo assim estima um superávit nas contas do governo ao final deste ano.

Valores

R\$ 71,1 bi é a estimativa do Ministério da Economia para o total de recursos que deixarão de entrar nos cofres do governo neste ano por conta das medidas de desoneração fiscal

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Orçamento de 2023 terá cortes na saúde e educação

Brasília - O secretário Especial do Tesouro e do Orçamento do Ministério da Economia, Esteves Colnago, disse ontem que o governo deve definir em R\$ 400 o valor do Auxílio Brasil no Orçamento de 2023. O entendimento da equipe econômica é de que a legislação não obriga o pagamento do adicional de R\$ 200. O valor adicional foi definido na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Benefícios Sociais e será pago até dezembro de 2022. O presidente Jair Bolsonaro, candidato à reeleição, entretanto, já sinalizou que, se eleito, pretende manter o valor de R\$ 600. Colnago concedeu entrevista coletiva para detalhar o relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º bimestre, que definiu o bloqueio de mais de R\$ 6,7 bilhões de gastos não obrigatórios do Orçamento Geral da União deste ano. Ele disse que as contas públicas do governo central - que reúne Tesouro, **Previdência Social** e Banco Central - podem encerrar 2022 próximas de zero ou positivas pela primeira vez desde 2014. Mas, sem especificar cortes exatos, confirmou que haverá cortes de recursos nos ministérios da Saúde e da Educação.

No lançamento de sua candidatura, no domingo, Bolsonaro assegurou que manterá o Auxílio Brasil com valor mínimo de R\$ 600 no ano que vem, caso vença nas urnas. "Como este governo não gosta de pobres? Conversei esta semana com o Paulo Guedes [ministro da Economia], esse valor [de R\$ 600] será mantido a partir do ano que vem", afirmou. Ontem, entretanto, Colnago disse: "Hoje, nosso entendimento é de que o marco legal não nos traria uma obrigação ou uma necessidade de colocar [o Auxílio Brasil] no PLOA [Projeto de Lei Orçamentária Anual] para 2023". APEC dos Benefícios Sociais gera R\$ 41,2 bilhões em despesas excepcionais, ou seja, fora do teto de gastos, divididos entre benefícios sociais. As medidas valem de 1º de agosto até 31 de dezembro de 2022.

O secretário disse ainda que o novo valor teria que se adequar ao teto, regra que limita o crescimento das despesas públicas à **inflação** e obriga o corte de gastos. De acordo com ele, as despesas discricionárias (não obrigatórias) estão entre R\$ 120 bilhões e R\$ 130 bilhões ao ano, e o aumento no benefício levaria a um corte nessas despesas, reduzindo-as para R\$ 70 bilhões. "É um desafio considerável para a gente conseguir manter (o auxílio em R\$ 600)", destacou.

De acordo com o relatório, a necessidade total de bloqueio do Orçamento de 2022 subiu de R\$ 9,96 bilhões, no segundo bimestre, para R\$ 12,736 bilhões, no terceiro bimestre. Como o governo ainda tinha R\$ 5,997 bilhões bloqueados, o valor do novo bloqueio ficou nos R\$ 6,739 bilhões, definidos no relatório. A projeção para as despesas primárias em 2022 aumentou R\$ 45,819 bilhões, devendo fechar o ano em R\$ 1,834 trilhão. A estimativa para os gastos obrigatórios subiu para R\$ 1,679 trilhão, valor R\$ 46,746 bilhões maior que o projetado em maio. No entanto, a previsão de gastos discricionários do Poder Executivo foi reduzida em R\$ 927 milhões, para R\$ 154,246 bilhões. Isso resultou na variação total de R\$ 45,819 bilhões.

Em relação à previsão do resultado para o déficit primário, o relatório reduziu a estimativa para este ano de R\$ 65,490 bilhões para R\$ 59,354 bilhões. O déficit primário representa o resultado negativo das contas do governo antes do pagamento dos juros da dívida pública. O valor aprovado na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022 estipula uma meta de déficit primário de R\$ 170,474 bilhões para o governo central (Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central).

DÉFICIT O secretário disse que a expectativa é de que as contas do governo central fechem o ano com um déficit pequeno ou até positivas. Segundo ele, o saldo deverá ser explicado, em boa parte, pelo crescimento da arrecadação de **impostos**, apesar das desonerações concedidas, especialmente para os combustíveis. "Agente está caminhando para chegar no fim do ano com um déficit muito baixo ou um superávit ainda que pequeno do governo central, o que, somado com estados e municípios, dará um superávit consolidado não tão grande, mas positivo", disse.

Colnago evitou detalhar o contingenciamento de despesas, mas admitiu que as emendas parlamentares e de relator estão no rol da lista de gastos não-obrigatórios que devem ser cortados. "Não temos a decisão e vamos nos restringir as despesas discricionárias, que englobam emendas parlamentares e de relator (RP8 e RP9)", afirmou. Ele reconheceu que os ministérios da Saúde e da Educação, como possuem os maiores orçamentos, serão atingidos pelo corte.

Ao lado do secretário do Tesouro, Paulo Valle, e do secretário do Orçamento Federal, Ariosto Culau, Colnago ainda admitiu que precisará descontingenciar os R\$ 2,5 bilhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FND-CT), e, com isso, será preciso aumentar os cortes nos demais órgãos. "A demanda total de bloqueio, de R\$ 12,7 bilhões não muda. O impacto (do corte) será maior do que os R\$ 6,7 bilhões adicionais nos outros ministérios", alertou.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/26/07/2022/p1>

Corte será rigoroso e atingirá mais saúde e educação

Para liberar R\$ 2,5 bilhões de recursos para a pasta de Ciência e Tecnologia que o governo não poderá mais manter bloqueados por decisão do Congresso, o corte de despesas nos demais ministérios e órgãos do governo será mais rigoroso e vai atingir mais as áreas de saúde e educação.

Na prática, o aperto que será sentido no orçamento dos demais ministérios será de R\$ 9,2 bilhões.

No terceiro relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas do Orçamento, encaminhado na última sexta-feira ao Congresso, o governo calculou uma necessidade adicional de bloqueio do orçamento de R\$ 6,7 bilhões para cumprir o teto de gastos, a regra que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à **inflação**.

Mas, nessa contabilidade, o Ministério da Economia incluiu a necessidade de desbloqueio de R\$ 2,5 bilhões de recursos destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), segundo confirmou o secretário especial de Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago.

O governo tentou manter o bloqueio com um projeto no Congresso, mas não obteve sucesso e agora terá que desfazer o bloqueio.

Ele reconheceu que os demais ministérios vão "sentir", na prática, um aperto maior que somado é de R\$ 9,2 bilhões.

Mas ponderou que não há um aumento geral de bloqueio porque a conta do contingenciamento adicional já inclui o desbloqueio do orçamento do FNDCT.

"SHUTDOWN". Os detalhes dos cortes nos ministérios e nos programas serão anunciados no final do mês com a publicação de decreto que apontará os cortes. Apesar do aperto, o secretário assegurou que não há risco de paralisação da máquina administrativa, o chamado "shutdown", que volta e meia aparece com ameaça à continuidade de programas, políticas e até custeio básico de determinados órgãos.

Os cortes são feitos nas chamadas "despesas discricionárias", ou seja, não obrigatórias.

Elas não passam de 5% do Orçamento e incluem, por exemplo, o pagamento de contas de energia, telecomunicações e água de edifícios públicos, entre outros.

Site:

<https://digital.otempo.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/16820>

Bolsa de R\$ 600 em 2023 pode custar até R\$ 60 bilhões

SAMANTHA KLEIN samantha.klein@rdgaucha.com.br

Integrantes do Ministério da Economia declararam, ontem, em coletiva de imprensa, que eventual manutenção em 2023 do valor mais elevado do Auxílio Brasil - de R\$ 600 - deverá ser decisão a ser tomada pelo próximo governo federal.

No domingo, o presidente e candidato à reeleição Jair Bolsonaro (PL) indicou em Vitória, no Espírito Santo, que pretende manter o valor. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), líder nas pesquisas de intenção de voto, já se manifestou no mesmo sentido.

A PEC dos Benefícios, aprovada pelo Congresso a menos de cem dias da eleição, elevou o valor do auxílio de R\$ 400 para R\$ 600 somente até dezembro deste ano. Ontem, o secretário especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Esteves Colnago, falou sobre a possibilidade de manutenção em 2023: - Quando houver o candidato eleito, deverá ser feita discussão sobre a sustentabilidade fiscal do país.

O secretário ainda afirmou que, na peça orçamentária para o ano que vem, gastos discricionários (não obrigatórios constitucionalmente) estão na casa dos R\$ 120 bilhões.

- Grosso modo, o impacto (de manter em R\$ 600) seria de R\$ 50 bilhões a R\$ 60 bilhões a mais, o que é um desafio grande - acrescentou Colnago, sem descartar a elevação e reforçando que a peça orçamentária deverá ser apresentada em três semanas.

O Congresso aprovou, antes do recesso parlamentar, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2023. A partir disso, o PLOA, projeto de iniciativa do presidente da República, que estima as receitas e fixa as despesas para o exercício financeiro de 2023, deverá ser encaminhado ao Congresso até 31 de agosto, e a sanção deve ocorrer até 22 de dezembro.

Cortes Colnago também falou sobre cortes no orçamento de 2022, com o objetivo de cumprir o teto de gastos, a regra que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à **inflação**. Para liberar R\$ 2,5 bilhões de recursos para ciência e tecnologia que o governo não poderá mais manter bloqueados por

decisão do Congresso, o corte nos demais ministérios e órgãos será maior e vai atingir mais as áreas de saúde e educação.

No terceiro relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas do orçamento, encaminhado na sexta-feira ao Congresso, o governo calculou necessidade adicional de bloqueio de R\$ 6,7 bilhões para cumprir o teto de gastos.

Nessa contabilidade, o Ministério da Economia incluiu a necessidade de desbloqueio de R\$ 2,5 bilhões de recursos destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), segundo Colnago. O governo tentou manter o bloqueio com projeto no Congresso, mas não obteve sucesso. Colnago ainda acrescentou que é natural que os ministérios com maior orçamento, como Saúde e Educação, acabem sendo os mais afetados pelos cortes.

O secretário também reconheceu que os ministérios vão "sentir", na prática, um aperto maior. Os detalhes dos cortes nos ministérios e programas serão anunciados no final do mês com a publicação de decreto que apontará as tesouradas. Apesar do aperto, o secretário assegurou que não há risco de paralisação da máquina administrativa.

Site: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

Inflação e desemprego castigam e impedem crescimento

Cláudio Considera, coordenador de contas nacionais do FGV Ibre e responsável pelo monitor do Produto Interno Bruto (**PIB**), afirma que a **inflação** em alta e o desemprego são os principais problemas que afetam as famílias e impedem o país de crescer.

"O desemprego está se reduzindo, mas não na proporção que deveria. Estamos com uma taxa elevadíssima, de 9%. São nove milhões de pessoas desempregadas. Como pelo menos duas pessoas dependem desse emprego, são 18 milhões de pessoas que podem estar neste grupo de fome", afirma.

Os dados de consumo das famílias no monitor do **PIB** mostram o comportamento de compra nos lares. Até produtos não duráveis (alimentos) tiveram queda em maio na comparação com os 12 meses do mesmo período anterior, o que demonstra retração no poder de consumo.

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=2183#book/57>

Falta de educação financeira aumenta a desigualdade (Artigo)

LEONARDO GRAPEIA

Não é novidade para ninguém que o Brasil é um país de desigualdades sociais, econômicas e financeiras. Parte considerável da população está desempregada e outra parcela atua na informalidade, condições que, por vezes, levam os cidadãos a tomarem empréstimos com juros exorbitantes ou a entrarem em dívidas que os tornam inadimplentes.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), temos atualmente a inflação em ascensão (4,29% nos primeiros quatro meses de 2022) e o desemprego alto (10,5% de desempregados no Brasil), além das taxas de juros básicas (Selic) em dois dígitos (13,25%). Esses três fatores combinados levam a uma corrosão no poder de compra do consumidor, na capacidade de honrar dívidas, na instabilidade das finanças pessoais e na necessidade de fontes de crédito de custo mais alto.

De acordo com dados da Serasa Experian, a inadimplência também bateu novo recorde no Brasil: em abril, mais de 66 milhões de brasileiros estavam com o nome no vermelho, o maior número da série histórica iniciada em 2016. Deste número, mais de 2 milhões de brasileiros se tornaram inadimplentes em 2022.

Com relação ao perfil das dívidas, os segmentos de Bancos e Cartões possuem 28,1% dos débitos, enquanto contas básicas como água, luz e gás representam 22,9%. Na comparação com abril de 2021, o setor de Financeiras foi o que teve maior aumento na participação de inadimplência, indo de 9,6% para 12,4%. Dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) apontam que o endividamento com cartão de crédito atingiu nível recorde entre famílias com maior renda.

Nos últimos anos, o cartão de crédito se consolidou como o tipo de dívida mais comum entre os brasileiros. E aí que mora um grande perigo. O uso dessa modalidade deve ser feito somente quando o consumidor tiver renda para efetuar o pagamento da fatura no vencimento. Além disso, deve-se evitar o pagamento mínimo do cartão, pois as taxas de juros cobradas podem chegar a 371% ao ano, segundo dados da Pesquisa Anefac, e jamais deve-se utilizar o limite do cheque especial como forma de crédito (taxas

de 150% ao ano, segundo o mesmo levantamento). O problema é que grande parte da população não tem acesso a esse tipo de informação.

No Brasil, ensino religioso e química orgânica fazem parte do currículo escolar obrigatório, mas as finanças básicas, por exemplo, não. Juros e porcentagem são distantes para a maioria dos brasileiros. Por conta da ignorância financeira perpetuada em nosso país, é fácil compreender como tanta gente assume dívidas impagáveis, comprometendo seu futuro financeiro. A maioria ignora o efeito brutal dos juros compostos, presentes nas dívidas do cartão de crédito e do cheque especial, por exemplo. Endividados pouco se atentam às decisões políticas que os afetam, uma vez que sua atenção está voltada aos inúmeros boletos e contas acumuladas.

Vale reforçar que a tomada de crédito tem que ser uma solução e não a ampliação de um eventual problema financeiro. Uma alternativa para estancar a bola de neve que se cria é buscar negociações com cada operadora ou em alguns casos acessar empréstimos pessoais, com juros mais baixos, para o pagamento das dívidas dos cartões. No entanto, a minimização desses riscos passa pelo consumo consciente como parte fundamental de uma boa educação financeira, especialmente em função da relação entre o consumo e a perda de controle das finanças pessoais. O consumo por impulso leva a uma necessidade de fontes de crédito de custo mais alto, como cheque especial e cartão de crédito e a um nível de comprometimento de renda acima do que é considerado saudável no mercado brasileiro. O consumo consciente e a educação financeira nunca foram tão importantes para o brasileiro da vida real.

LEONARDO GRAPEIA. CEO da Focus Financeira

Site:

<https://digital.hojeemdia.com.br/pub/jornalhojeemdia/index.jsp?serviceCode=login&edicao=15156>

Portabilidade pode ser a saída para reduzir dívida

GABRIEL RONAN

A dica de ouro é procurar outro agente financeiro, para transferir débito

Com uma taxa básica de juros de 13,25% ao ano e **inflação** acumulada de 11,89% nos últimos 12 meses, muitas famílias perderam poder de compra e estão com dificuldades para cumprir com os financiamentos assumidos com os bancos. O advogado, consultor jurídico e professor de direito civil e imobiliário do Meu Curso Educacional Vanderlei Garcia Junior diz que o primeiro passo é procurar a instituição financeira para um eventual acordo de refinanciamento buscando reduzir determinadas taxas.

Em último caso, buscar uma revisão judicial.

O educador financeiro Sandro Borges observa que outro meio de reduzir o custo do financiamento seria buscar a portabilidade da dívida. "A dica de ouro é procurar outro agente financeiro. Esse vai procurar o banco que financiou para você e conceder um desconto. A nova instituição financeira negocia diretamente e assumirá seu financiamento, concedendo desconto, normalmente no saldo devedor, para que as parcelas caiam também.

Tem banco que tem interesse na portabilidade, e ela é um direito de quem financiou", observa.

OPÇÃO. Qualquer tipo de dívida pode entrar no leque da portabilidade como cheque especial, crédito consignado, crédito pessoal, financiamento de veículo ou imóvel, entre outros. Na hora de procurar o refinanciamento, o ideal é que se comparem as taxas de juros dos bancos interessados em assumir a dívida e se escolha aquele que oferece as melhores taxas. A opção por taxas que variam de acordo com indicadores econômicos é um erro comum.

Nesse cenário, o endividado faz praticamente um "investimento" variável, um tiro praticamente "no escuro", enfatiza o advogado Vanderlei Garcia Junior, especialista em direito civil.

Conforme Garcia, a maioria dos contratos tem taxas de juros fixas durante toda a vigência, mas é preciso ficar atento. "Os financiamentos que foram estipulados antes da alta da Selic serão regidos, durante toda a

sua vigência, por essa taxa. Mas precisamos avaliar contrato por contrato, porque temos aqueles que possuem cláusulas de reajustes periódicos, que podem prever a data da Selic à época do reajuste", ressalta.

Consulta

Especialista. O educador financeiro Sandro Borges diz que o ideal antes de escolher o financiamento é consultar um especialista para fazer os cálculos: "A dica é que a prestação não impacte mais do que 30% do orçamento da família, para evitar passar por apertos financeiros durante o pagamento das parcelas.

Então, é importante escolher uma modalidade de financiamento que tenha constância na taxa de juros para evitar sobressalto das dificuldades nos momentos de alta na taxa de juros".

Mercado de aluguel de imóvel cresce

Anos atrás, o sonho da casa própria era a prioridade número 1 de muitas famílias brasileiras.

Porém, com uma **inflação** galopante que devolveu o país para o mapa da fome, as dificuldades para aquisição de imóveis fazem o questionamento surgir: realmente vale a pena financiar, ou alugar está compensando mais?

Para Vanderlei Garcia Junior, advogado, consultor jurídico e professor de direito civil e imobiliário, a alta taxa básica de juros (Selic), atualmente em 13,25% ao ano, faz o financiamento ficar muito caro para a maioria das famílias. O número de pessoas que quebram os contratos firmados com os bancos e são obrigadas a entregar o imóvel como garantia disparou, alcançando 33%, segundo Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc). "É muito comum a devolução dos imóveis por famílias que não conseguem arcar com o financiamento, principalmente agora, com instabilidade econômica, **inflação** e juros altos e até desemprego", afirma o advogado.

Site:

<https://digital.otempo.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/16820>

IPC-S deve fechar julho com deflação, aponta FGV

O coordenador do Índice de Preços ao Consumidor - Semanal (IPC-S) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Paulo Picchetti, consolidou sua projeção de deflação do indicador no fechamento de julho, após variação negativa de 0,44% registrada na terceira quadrissemana do mês. "Está claro que vamos fechar o mês com uma deflação, estou imaginando algo em torno de -1,2%", afirma Picchetti.

De acordo com o coordenador da FGV, o resultado não é surpresa e, em geral, é efeito da redução do ICMS sobre combustíveis e energia. "A única exceção importante é passagens aéreas 4,65% para -6,92%, com redução sazonal devido ao final das férias." Acerca da queda apurada no IPC-S na terceira quadrissemana de julho, Picchetti calcula que sozinha a gasolina (-3,59% para -8,61%) teve impacto de 0,59 ponto porcentual negativo na variação, enquanto etanol (-8,00% para -9,83%) e energia elétrica (-2,29% para -3,51%) impactaram em -0,07 ponto e -0,14 ponto, respectivamente. "A gasolina explica sozinha mais do que o total de deflação que tivemos", diz.

Segundo o coordenador, o alívio promovido por combustíveis, energia e passagens foi compensado por pressões em outros grupos, como Alimentação, Vestuário e Saúde e Cuidados Pessoais. "Não é um processo deflacionário generalizado, é um movimento muito concentrado nesses itens. Em primeiro lugar, tem data de validade. Em segundo, não muda a trajetória de **inflação**, que vinha elevada e continua na maioria dos outros itens." Na ponta, Picchetti calcula queda superior a 16% para a gasolina e de mais de 11% para o etanol, além de recuo superior a 37% para passagens aéreas e em cerca de 5% para energia.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/?numero=37246&edicao=122040>

Dólar recua 2,3% e fecha a R\$ 5,37 com investidores atentos à alta dos juros nos EUA

Real e ações da Bolsa de Valores brasileira tiveram um dia de valorização nesta segunda-feira (25) com investidores contando com uma alta dentro do esperado dos juros nos Estados Unidos, além da perspectiva de valorização de commodities importantes para as exportações domésticas.

O Ibovespa, referência da Bolsa, subiu 1,36%, a 100.269 pontos. O dólar caiu 2,30%, a R\$ 5,3720, acompanhando a desvalorização da divisa americana em mercados internacionais.

O segmento de energia apresentou forte valorização de empresas do ramo petrolífero. As ações mais negociadas da Petrobras saltaram 4,5% nesta sessão. Os papéis da PetroRio avançaram 4,15%.

Até o final desta tarde, o petróleo Brent subia 1,85%, a US\$ 105,10 (R\$ 568,99) por barril. A valorização do preço de referência da matéria-prima ocorre no dia em que a Gazprom, gigante estatal russa, anunciou que vai reduzir o fluxo de gás para a Europa para realizar a manutenção de uma turbina.

O gasoduto passará a fornecer diariamente 33 milhões de metros cúbicos de gás natural, o que representa somente 20% de sua capacidade total. Até o momento, a estatal operava com 40% do potencial de distribuição.

Diante do prolongamento da Guerra da Ucrânia e da manutenção de embargos do Ocidente à Rússia, a possibilidade de corte de gás é cada vez mais considerada por países que dependem desse fornecimento, como é o caso da Alemanha.

É, no entanto, a perspectiva de uma alta dentro do esperado da taxa do Fed (Federal Reserve, o banco central americano) que desde a semana passada traz certa calma para os mercados de ações e de câmbio.

O mercado dá como quase certo o aumento em 0,75 ponto percentual nesta quarta-feira (27).

Em Nova York, o índice de referência S P 500 subiu 0,13%. As ações de grande valor acompanhadas pelo Dow Jones tiveram alta de 0,28%. O setor de tecnologia e empresas de com maior potencial de crescimento, presentes no indicador da Nasdaq, caiu

0,43%.

A alta prevista para os juros americanos irá igualar o aumento aplicado pela autoridade monetária dos EUA em junho, a maior em quase 30 anos.

O processo de elevação de juros é adotado pelas principais economias mundiais em uma tentativa de desacelerar a **inflação** que se espalhou pelo globo com a quebra das cadeias de suprimentos durante a pandemia.

Na semana passada, o BCE (Banco Central Europeu) elevou a taxa básica de juros na região em 0,50 ponto percentual, a primeira alta desde 2011.

Mercado prevê **inflação** menor com medidas do governo

O mercado passou a ver variação praticamente zero dos preços administrados neste ano e voltou a reduzir a expectativa para a **inflação** ao consumidor, mas para 2023 a projeção para a alta dos preços gerais aumentou pela 16ª vez seguida, segundo a pesquisa Focus divulgada pelo Banco Central nesta segunda-feira (25).

A projeção de economistas consultados para a alta dos preços administrados em 2022 passou a uma variação positiva de 0,01%, de 1,74% na semana anterior. Com isso, o cálculo para a alta do IPCA neste ano caiu pela quarta vez, chegando a 7,30%, de 7,54% antes.

A revisão se dá na esteira de medidas do governo para aliviar a **inflação** elevada neste ano, como a aprovação da lei que estabelece um teto para as alíquotas de ICMS sobre os setores de combustíveis, gás, energia, comunicações e transporte coletivo.

Mas analistas alertam que a lei não tem efeitos duradouros, e com isso passaram a ver pressão ainda maior da **inflação** em 2023. Economistas consultados na pesquisa Focus passaram a estimar o avanço do IPCA no ano que vem em 5,30%, 0,10 ponto percentual a mais do que na leitura anterior. A alta dos preços administrados no ano que vem passou a ser calculada em 7,06%, de 6,50% antes.

Com esse cenário, em ambos os anos a **inflação**

terminará bem acima do teto da meta oficial, cujo centro está em 3,5% para 2022 e 3,25% para 2023, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

O levantamento, que capta a percepção do mercado para indicadores econômicos, mostrou ainda melhora na perspectiva para o **PIB** (Produto Interno Bruto) deste ano, com a estimativa de crescimento subindo de 1,75% para 1,93%. Para 2023, entretanto, houve ajuste de 0,01 ponto percentual para baixo, a 0,49%.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

84

Pronampe já pode ser contratado

O Ministério da Economia liberou ontem a nova fase de contratação de crédito por meio do Programa Nacional de Apoio Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). A expectativa é de que R\$ 50 bilhões possam ser emprestados para os pequenos negócios. Os financiamentos poderão ser feitos pelas instituições financeiras participantes até 31 de dezembro de 2024. O Ministério da Economia ainda não divulgou quais instituições financeiras estão habilitadas para conceder o contrato de empréstimo nesta nova fase.

Para solicitar o crédito, cada empresa deverá autorizar o compartilhamento de dados de faturamento da **Receita Federal** com o banco em que o Pronampe será contratado. A autorização de dados precisa ser feita pelo portal Centro Virtual de Atendimento (e-CAC), e é necessário ter certificado digital ou identidade digital prata ou ouro da plataforma Gov.br.

O Pronampe foi criado em 2020 para apoiar micro e pequenas empresas afetadas pela crise econômica na pandemia. Uma novidade é que o programa também vai liberar a contratação de crédito para quem é Microempreendedor Individual (MEI). O grupo passou a ser incluído com a aprovação de lei, sancionada este ano, que tornou o programa permanente.

A aprovação da lei também alterou o Programa de Estímulo ao Crédito (PEC), que passou a liberar financiamento para médias empresas com receita bruta anual de até R\$ 300 milhões.

A prioridade, no entanto, continua sendo para as empresas de pequeno e médio porte -com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões-. As negociações para empréstimos devem ser feitas diretamente com as instituições financeiras. A taxa de juros anual máxima será 19,25% ao ano. (Felipe Nunes, da Folhapress)

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-f5532381792b4aafef9e52a68bf568de.pdf